



TRILHOS DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

JOSÉ MANUEL FIGUEIREDO SANTOS

Doutor em Sociologia
Professor Coordenador da ESGHT/Universidade do Algarve
jfsantos@ualg.pt

RESUMO

A intervenção, em forma de ensaio, traz ao debate uma postura cautelosa relativamente aos modelos correntes de sustentabilidade, enquanto expressão de uma moldura mais ampla inscrita na crise da modernidade, ao mesmo tempo que visa transacionar informação para a compreensão dos sentidos em que são formulados e se encontram emersos os discursos contemporâneos sobre esta questão.

Tomada a sustentabilidade como corolário conjectural de mudança dos sistemas técnicos e sociais, com influentes derrames no turismo, procura-se anotar algumas contradições nas lógicas que amparam as suas matrizes discursivas, quer em termos de propostas de construção imaginária de um futuro desejável, quer em termos do entendimento das condições da sua viabilização.

A construção de modelos de sustentabilidade, perspectivada entre o operativismo tecnológico e o decisionismo político, e os tipos de intervenção correlatos, ao se articularem com o triplo eixo da preservação-turismo-consumo e com um marketing vigoroso, não deixam de interpelar a natureza de muitas das estratégias de figuração e refiguração da experiência turística que, em discurso, procuram tomá-la como catalizadora da dinamização das economias locais, ao mesmo tempo que preserva a cultura e o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE

aceleracionismo escatológico, desenvolvimento sustentado, economia ecocêntrica, social-ambientalismo, sustentabilidade performativa, turismo sustentado, turismo desorganizado, reservismo.

INTRODUÇÃO

Depois de um século XIX imerso na consciência do tempo como médium de problematização da vida, assiste-se hoje à dissolução do tempo no espaço, numa espécie de regresso arcaico à Terra¹, por força da nova realidade que se impôs como sis-

ABSTRACT

This essay seeks to bring to debate a careful posture relatively to the current models of sustainability, as an expression of a wider frame inscribed on the modernity crisis, and at the same time it aims to transact information for the comprehension of the meanings and contexts in which they are formulated and where are emerging the contemporary discourses about this issue.

Taking the sustainability as a conjectural corollary for the change in the technical and social systems which shape the experience of present time, spreading influentially on tourism, we seek to note certain contradictions in the logics which support their discursive matrixes, either in terms of the imaginary construction suggestions for a desirable future, either in terms of the understanding of the conditions for their viability.

The construction of sustainability models, put in perspective between the technological operativism and the political decisionism, and the intervention types associated with such models, when articulating with the triple axis of preservation-tourism-consumption and with a vigorous marketing, do not cease to appeal to the nature of many of the figurative and refigurative strategies for the tourist experience which, in discourse, seek to take it as a catalyst for the stimulation of local economies, preserving at the same time, the culture and the environment.

KEYWORDS

scatological speeding-ism, sustained development, eco-centric economy, social-environmentalism, performative sustainability, sustained tourism, disorganised tourism, reservism.

tema de dominação total (chame-se modernidade, capitalismo ou qualquer outro nome que se dê ao processo que domina a história mundial).

É nesse itinerário doloroso, conduzido pela história como tentativa de subjugação daquilo a



que se chama Natureza, que reside a ilusão de controlo, de reordenamento do real, bem evidentes nos ecologistas que visam descodificar as suas mudanças cinéticas e viver com elas em harmoniosa sintonia.

Nessa ilusão inscreve-se a metáfora da sustentabilidade, que emerge como mais uma escatologia omnipresente no imaginário ocidental, revelando-nos os tons de urgência apocalíptica pressagiados na tese de Berman relativa à modernidade, de que “tudo o que é sólido se dissolve no ar”, mesmo quando se trata da dissolução da solidez da experiência humana perante as convulsões entrópicas do mundo.

De facto, a modernidade sempre conviveu perplexa com o seu fim, resoluta com a demanda incessante do novo, hoje plasmado na rapidez, no crescimento exponencial, na aceleração tecnológica, mas também no imperativo de uma mudança económica induzida pela asfixia ou crise da sua expansão ilimitada.

Trata-se de uma perplexidade ambivalente, agenciada por escatologias de sinal contrário. As negativas, de recôndita influência cristã, ligadas ao pânico do apocalipse; as positivas, moldadas pela euforia iluminista, apostada no despotismo sobre a natureza, de que não se descarta o impacte racionalista da ciência e da tecnologia contemporâneas. É, sobretudo, neste reduto que se têm processado historicamente as tentativas de apropriação do mundo, afeiçoadas à imagem de que todo o processo na natureza é subsumível num controlo social inteiramente manejável.

A essa alquimia dos modos de ligação e desligação da matéria, verdadeiro campo de batalha da cultura contemporânea, sempre se associou o sonho dos positivistas de estabilizar o mundo moderno nas figuras da tecno-ciência, acabando, de vez, com as suas turbulências.

A uma visão otimista de construção de um mundo estável e ordenado, sob a perícia da ciência e da tecnologia, não fugiria o próprio Marx, cujas ideias ficaram a dever-se muito ao pensamento iluminista, não obstante o cepticismo evidenciado em relação à técnica, na parábola do aprendiz de feiticeiro.

É da influência do panóptico ocidental, com um imenso lastro nas origens arcaicas, que a sustentabilidade está investida, entretecendo-se numa geografia metafisicamente constituída como plataforma de domínio da Terra, através do controlo dos recursos, num jogo de preservação das formas de vida².

Envolta em especulações, assediada pela «tecnologização»³ da natureza e do biológico, a sustentabilidade dá-se à estampa num arquipélago de cartas, de compromissos de intenções e de agendas, como sintomas emblemáticos da profunda convulsão da modernidade.

Perante uma Terra cartografada, escrutinada via satélite, assediada por uma sociedade de abundância, como corolário do Iluminismo dos séculos XVIII e XIX, ter-se-ia chegado ao “fim da história”, como sugeria Fukuyama. Todavia, os elementos que dão corpo ao espaço moderno evidenciam uma intensa erosão das expectativas colocadas pela escatologia iluminista. Em lugar de uma emancipação fundada na abundância, despontou uma sociedade em que a tecnologização da experiência não dissipou a dialéctica da servidão que tem atravessado toda a nossa história, inscrevendo-se o colapso das promessas iluministas numa experiência bem diferente da prevista. Em vez de um mundo cada vez mais dominado por nós, orientado pela bússola da tecno-ciência, ele surge-nos totalmente descontrolado, como um comboio a alta velocidade que ninguém sabe bem para onde vai. É desse descontrolo que a metáfora da sustentabilidade emerge, perante a falência de um ideal de modernidade auto-regulável, como problema decisivo a que é necessário responder.

1. CRÍTICA DAS VISÕES CORRENTES DA SUSTENTABILIDADE

A coberto desse mapa imaginário de controlo da mecânica dos acontecimentos, a noção de sustentabilidade tem sido marcada por uma multiplicidade de perspectivas, muitas das quais com recurso a categorias do pensamento que não dão conta do problema essencial de transformação por que passa a experiência historicamente constituída⁴.

Da sua esquematização deduzem-se dois filões básicos de orientação: o “naturalista” que privilegia ou restringe o significado do meio-ambiente aos seus aspectos físicos e biológicos, dissociando a sociedade da natureza, e o “crítico” que sobreevalora o ambiente como empreendimento próprio de uma experiência socialmente construída.

Em volta destes eixos confluem perspectivas cujos traços importa salientar, dado que é nesse caldo cultural de gravitação da sustentabilidade que se produz o confronto com diferentes matrizes de interpelação do desenvolvimento (aqui contrastadas de modo sintético), com repercussões nos modos de visar a experiência turística.



1.2. A ESCATOLOGIA DO PROGRESSO ILIMITADO

Movida pela imagem metafísica do progresso ilimitado, a sustentabilidade plasma-se na cadência dos processos de inovação, na velocidade de circulação das informações, na actualização do conhecimento tecnológico, como marcadores de um desenvolvimento competitivo baseado nas tecnologias genéricas da electrónica, na informática e telecomunicações, na reestruturação selectiva da indústria e na entrada no circuito dos serviços imateriais de alta tecnologia. Interpreta a sociedade como uma constelação de firmas inovadoras em competição, ainda que operando através de condições político-institucionais, onde o social se esgota na figura dos “recursos humanos”.

Construção compulsiva de uma realidade domesticada, as suas possibilidades têm sido pautadas por ligações operadas pela mão invisível (Adam Smith), e amparadas no facto de, até hoje, todas as barreiras técnicas e económicas a um aumento exponencial terem sido superadas, apesar de muitas previsões em sentido contrário.

Ao pensar os modos como a modernidade tem superado as suas crises, a Teoria da Regulação sugere que a reprodução da experiência contemporânea se tem imposto pela criação de um conjunto de instituições inovadoras. Estas têm sido sucessivamente construídas de modo a permitir que o comportamento dos agentes económicos, separadamente, se articule a novas formas, fazendo com que o todo social não seja comprometido pelo ajustamento das práticas sociais singulares a uma lógica global.

Porém, quando nessa aparelhagem, a operatividade dos estímulos keynesianos sofre os primeiros abalos nos anos 70, deixando à margem da Teoria Económica a Questão Natural, a eclosão do debate iniciado a partir do relatório do Clube de Roma não deixa mais de ter consequências. A modernidade passaria a interrogar-se quanto à forma de mudança dos comportamentos produtivos e de consumo, do cálculo económico e dos modos de regulação, para que o modelo de desenvolvimento baseado na racionalidade desenvolvimentista da economia pudesse prosseguir, ainda que obrigado a um ajustamento no plano das suas formas institucionais. A questão não se ficaria mais por uma ideação do movimento ambientalista, passando a comprometer as elites dirigentes internacionais com a capacidade criativa da sociedade, através dos avanços conceptuais provindos do questionamento da racionalidade que tinha formatado o modelo de desenvolvimento das décadas anteriores.

1.3. A ECONOMIA ECOCÊNTRICA

Entre reformadores e críticos da economia egocêntrica despontam visões interpretativas que trilham uma perspectiva mais ecocêntrica do desenvolvimento, tomando o espaço como um dos eixos fundamentais da organização discursiva.

A construção das figuras mais marcantes de uma economia “verde” implica análises factoriais e projecções, em que a física dos lugares é tomada pela dependência dos sistemas que sustentam a vida na ecosfera, assumindo-se a premissa de que o desenvolvimento ilimitado implicará na produção ilimitada de entropia, uma vez que o limite potencial da eficiência poderá apenas moderar os efeitos de um crescimento ilimitado por um tempo limitado. Daí a ponderação de uma escala de sustentabilidade, em função da poupança ou da depreciação dos seus capitais natural e criado. A equidade extractiva seria medida quando um bem da ecosfera migrasse para a tecnosfera: o uso repartido de bens que entram na tecnosfera apenas faria parte dos cálculos na medida em que novos *inputs* da ecosfera sejam necessários para manter a circulação. Equacionando a redução de quotas de *inputs* com vista à minimização de elevados graus de entropia, far-se-ia depender o seu sucesso do grau de eficiência obtido na passagem para a desmaterialização de produtos próprios de uma sociedade de comunicação, da promoção de uma economia orientada para a substituição de materiais equivalentes mais desejáveis, sem prejuízo da afectação dos padrões de consumo, ou quebra de bem-estar.

Admitindo como fácil a sua cotação matemática, esta lógica deixa em falha questões como: a operatividade da mudança da natureza das interdependências entre povos ou nações, a equidade dos deveres e a distribuição equitativa das responsabilidades, num quadro de difícil compatibilização da fiabilidade destes postulados com uma ordem de livre comércio e de mercados sem limites⁵. Tampouco desaparecem os embaraços de fundo, inscritos na possibilidade de transbordo da questão económica para uma lógica da acessibilidade aos bens materiais, definidos por uma espécie de eugenia ecológica, em nome da racionalização do aproveitamento dos recursos e do saneamento económico das instituições.

Numa linha de contenção demográfica de tipo neo-Malthusiana, orientada para uma eventual superação dos meios de subsistência disponíveis, quer o decisionismo de uma macro-eugenia do Estado ou de uma micro-eugenia de mercado



podem conduzir à reactivação de um racismo genético, alimentado com a produção de novas categorias de «vidas que não merecem viver». Nesse caso, fariam sentido as perplexidades de António Cascais ao referir que, no seio de uma ecologia profunda, “*dado o passo do biocentrismo, falta à despistagem genética definir o perfil dos membros da espécie a integrar a futura população de eleitos, dotados das características genéticas desejáveis para ocupar um nicho ecológico redefinido em função do aproveitamento dos recursos escassos do planeta e da sobrevivência da vida biológica não humana*”⁶.

Importaria ainda precisar quanto desse impacto na desestabilização dos ecossistemas seria permissível, sem ultrapassar os limites do seu uso sustentável, para já não falar da questão de saber quais os custos económicos e sociais neste caso e, dentre estes, quais seriam os custos aceitáveis.

O fundo de verdade deste ecocentrismo sensível à angústia da finitude parece constituir menos uma tomada de consciência da fragilidade da Terra do que o pôr em causa do sistema de crescimento económico através da crise persistente que o assola.

E, numa tentativa de reposição das premissas de auto-regulação, de pouco valem os argumentos sustentados numa falácia ecológica empiricamente artilhada para o meio ambiente, como espécie de contentor que destitui a compreensão da inter-relação com os fenómenos sociais. Tampouco colhe o seu acantonamento na tecnoburocracia de onde emergiu, valendo-lhe de pouco persistir em dissimulações de recorte intergeracional⁷. Não há como abdicar de perceber a diversidade social no interior do presente, efectuando o diagnóstico das condições que levaram ao desaparecimento da condição anteriormente existente e aos mecanismos da sua contracção⁸.

O problema não desaparece do coração das práticas pelo recuo no banquete da natureza através de uma economia verde, com as suas figuras de ressonância malthusiana, como a capacidade de carga e o desenvolvimento sustentável. Apenas permite a constituição de discursos tranquilizantes impostos à negatividade do actual estado de coisas, a par de que, neomalthusianos, economistas ecológicos e pessimistas tecnológicos, ao associarem a sustentabilidade ao estabelecimento de limites quantitativos ao crescimento económico, não se libertam da crítica em torno da contradição da promessa liberal de “abundância universal”.

1.4. O “ACELERACIONISMO ESCATOLÓGICO”

Se as reflexões sobre as consequências extrapoláveis da aceleração tecno-económica partilham alguns consensos, já os seus desencontros sugerem encaminhamentos diversos. Embora a mobilização hegemónica do mundo pela técnica mergulhe nessa raiz comum do evolucionismo, o “*aceleracionismo escatológico*” trata a aceleração tecnológica contemporânea não só ou mesmo principalmente em termos da sua importância social, política, cultural, mas como definindo por si o vector da evolução humana.

Aderindo à ideia de que o mundo sofre uma descontinuidade climática análoga a outra bem remota, que terá propiciado uma viragem para a agricultura, como enorme processo de artificialização da natureza, de domesticação das plantas e dos animais, da expansão sem precedentes do *homo sapiens*, de inflexão para um crescimento exponencial, vê na aceleração da potenciação computacional a solução para se lidar com a mudança climática e a ela se resistir como espécie.

Daí que a actual crise constitua um desafio à inevitável, senão desejável auto-superação do humano como espécie, através da inteligência artificial humana que poderá dispensá-lo, ou pelo menos passá-lo o mais rapidamente possível para um estado descorporizado.

É certo que a imersão contínua na tecnologia omni-envolvente, cada vez mais densa e reticulada, mais incorporada de aceleração contínua, poderá supor alterações irreversíveis no próprio psiquismo humano¹⁰. Todavia, à cultura sempre tem presidido o desejo de mutações antropológicas radicais, nunca tendo o homem deixado de conviver com o imaginário da sua superação, bem evidente nas imagens dos andróides, dos cyborgs, dos cibos e nanobôs.

Se a actualidade resulta de uma cadeia de transformações operadas com a natureza, e “*acima de tudo com o «biológico»*”, sendo que depende daí a nossa definição do que é humano”¹¹, mal se compreenderia, deste ponto de vista, a desligação do processo de aceleração em todos os domínios e níveis de agregação da vida social¹².

O que se joga na descoberta da “*tecnologia de aceleração da tecnologia*”¹³ plasma-se na trajectória crucial da “*revolução industrial*” até aos nossos dias, cujos marcos essenciais têm residido no crescimento da produção, e também no crescimento exponencial do consumo de energia apropriada e consumida tecnologicamente¹⁴.



Entendida em termos metafóricos e conjecturais, ocorreram, dos fins do século XIX até hoje, programas de pesquisa sobre a evolução biológica e as suas leis, os ecossistemas, a biosfera, o corpo humano, as economias humanas, em termos energéticos de fluxos de energia. As escatologias que funcionalizam as tecnologias fazem-no agora em termos da moderna tecnologia de informação e computação.

Se bem que a *sociedade de informação*¹⁵ tenda a ocultar a sociedade da energia, as máquinas de informação dependem da electricidade, e as actividades económicas, incluindo a “petro-cultura” industrializada e quimicalizada, subordinam-se, no grosso das necessidades energéticas, ao consumo de combustíveis fósseis. As nossas sociedades de informação continuam alavancadas em colossais economias termocráticas, produtoras de entropia¹⁶.

Das duas grandes curvas de crescimento exponencial da população humana e do consumo de energia, pode dizer-se que uma porção considerável da humanidade já percorreu as transições “demográfica” e “energética”. Mas pouco se alude a uma transição “informativa” na trajetória de crescimento exponencial da potência informativa, aos riscos e incertezas da economia electrónica global, a uma desaceleração tecnocientífica, a uma curva logística do conhecimento-poder tecnocientífico, a uma lei de rendimentos decrescentes da tecnociência, num horizonte próximo, o que evidencia um certo optimismo na abordagem desta problemática.

1.5. O “SOCIAL-AMBIENTALISMO”

Se faz sentido uma problematização ecológica deduzida dos efeitos corrosivos da falta de regulação racional das trocas com a natureza, a nível internacional; se ela ganha centralidade na erosão das fronteiras nacionais inscrita na globalização, é possível deduzir daí a entrada em crise de uma certa cartografia política do mundo. Desta pertinência dá conta Bragança de Miranda, ao referir que *“sempre que entra em crise a estrutura histórica que constitui o veículo com que estamos na Terra (...) imediatamente esta reemerge como absoluta, instabilizando a partilha entre comum e privado que, em cada momento, é relativamente estável. Está em causa o regime da propriedade privada e a sua relação à comunalidade”*¹⁷.

É neste eixo em que se cruzam a ambiguidade e a indeterminação entre as imagens de partilha e distribuição do território e a actual circunscrição económica, política e técnica que dão corpo à mo-

dernidade, que a noção de sustentabilidade ganha uma lógica de sentido articulada à questão da equidade global, numa conjugação social e distributiva do espaço.

Que a sustentabilidade não possa deixar de ser cruzada pela discussão subterrânea que acompanha a mística partilha da Terra, faz tanto mais sentido quanto:

*“nos nossos dias, nos quais está em causa a possibilidade de apropriação da Terra, enquanto planeta, chegámos a um momento terminal, o que alimenta as ficções comunistas, mesmo por parte dos mais adversos ao comunismo. Os problemas ecológicos que transcendem, largamente, as fronteiras nacionais parecem legitimar esse comunismo subterrâneo”*¹⁸.

É no seio de um imaginário salvífico de controlo da Terra, carregado de ligações ao potencial transformador da comunalidade, que o conceito de sustentabilidade funciona como colo de uma cartografia precisa – a que requisita a construção de um mundo unido, abrindo com ela uma nova frente de instabilidade. Nesse registo, ganham sentido propostas de transição para a sustentabilidade que levam ao campo do imaginário um debate público orientado para a construção de uma modernidade ético-política.

É um dado que a apropriação da Terra tem passado por dispositivos de domínio envoltos em figuras de espaços protegidos e seguros, através de recortes territoriais. Às dissoluções de fronteiras, que têm culminado na expansão máxima dos espaços, sempre correspondeu a sua apropriação por soberanias particulares, que depressa potenciaram o extermínio da vida.

Das questões do poder, que a abrangência de significado da sustentabilidade supõe, não se dissocia uma tradição crítica da economia política que vê nesta noção a correspondência analítica a uma fase de pasteurização social do projecto modernizador hegemónico. Daí a suspeição quanto à incorporação de agendas ambientais e urbanas¹⁹, associadas à aplicação de índices nacionais e internacionais, como placas giratórias para uma certa eficiência ecológica ou regenerativa, indissociáveis de um pensamento único e de um ambiente único: o dos negócios.

Nesta perspectiva, convergem vários obstáculos comprometedores de qualquer mudança: a natureza das acções ditadas pela urgência e pelo lucro, o anonimato das redes mundiais de empresas impessoais, financeiras e industriais, cuja responsabilidade confina com a prestação de contas aos accionistas.



Deduza-se daí a negação do princípio da sustentabilidade baseada na equidade, com a consequente destituição das necessidades das populações mais carenciadas, principais vítimas da degradação ambiental.

Compreende-se, assim, que esta perspectiva da sustentabilidade se escora na tese de que o conceito acaba por revelar o que era seu propósito oculto: a busca de ajustamentos necessários à preservação da base material do capital, numa luta pela manutenção hegemónica do modelo dominante.

Assim, a circularidade da questão não passaria tanto por um esforço de colocar um freio nas condições de apropriação dos recursos planetários, quanto pela tentativa de estabilizar as relações entre a sociedade e a base material da sua reprodução, perpetuando o seu controlo por grandes interesses privados. Desse ponto de vista, os resultados não vendáveis do processo produtivo, sob determinados padrões técnicos redefinidos, poderiam continuar a ser jogados nas águas ou no ar, agora apresentados como níveis *óptimos* de poluição. Ao modelo seria garantido que se reciclasse, ajustando-se.

Não sendo desprezíveis as dimensões social e distributiva na construção de uma modernidade ético-política, a experiência da actualidade privilegia um sentido político diferente do mencionado, por se confrontar com algo de mais radical que uma dada relação com a terra e a partilha histórica delimitadora do que é comum ou privado.

O problema agora já não supõe apenas uma outra forma de ordenação política e social, uma vez que ela só poderá responder de modo insatisfatório a algo de mais radical que coloca em jogo a própria condição da natureza humana, e o seu destino nos termos mais essenciais. Por outro lado, as ambiguidades das imagens fundadas numa sustentabilidade comunal são de duvidoso efeito na superação das interrogações mais angustiadas quanto a novas formas de acção colectiva imunes a impactes tão diversos quanto os que ocorrem em todas as escalas espaciais, a saber: *“do virológico ao planetário, dos microorganismos à biosfera, nas temporalidades humanas, praxiais, vivenciais e convivenciais, (...) nas transacções inter-humanas e humano-maquinais, virtuais e em “tempo real”, nos sistemas financeiros e na comunicação mediática”*²⁰.

Se é preocupante o destino que esses fenómenos deixam pressentir, a dedução de que nenhuma das teorias está à altura desta crise constitui já um

passo importante na destituição do trabalho ficcional que todas elas comportam. Com efeito, a história não tem absolvido a ficção, porque sempre que esta se deparou com meios de realização técnica ou política, deu lugar à potenciação da violência.

Se estas cautelas sugerem que todo o ponto de partida é problemático, a nossa aproximação ao turismo não o é menos, uma vez que da desconstrução crítica dos modelos gerais de sustentabilidade resultam questões que só têm razão de ser se, no cruzamento com o campo turístico, esclarecerem alguns traços essenciais das suas transformações.

2. ENCRUZILHADAS DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

As noções de sustentabilidade de cada matriz discursiva, associadas às disputas pela hegemonia dos vários discursos sobre o conceito, inauguram algo de novo na sua translação para o campo turístico, ou apenas prosseguem objectivos de *“compensação estética”*, deduzidos da desvalorização das suas formas actuais?

Se pensar o mundo é equacionar-lhe outras possibilidades, haverá alguma razão para que assim não seja no turismo, sobretudo quando nele se fixa um negativismo associado a efeitos como a degradação do ambiente, as distorções nas economias nacionais, a corrupção²¹ das culturas tradicionais?

Admitindo que *“os mecanismos económicos e sociais de produção e do consumo industriais participam de um dispositivo onde os afectos e os impulsos, a voluptuosidade e o prazer entram como variáveis determinantes na fixação do valor e das trocas, mediante essa fabricação eficiente de fantasmas”*²², não se vê como dissociar o turismo dessa *«mobilização erótica»*, produtora de uma *“espécie de economia geral, responsável por um certo espírito geral do espaço e do tempo”*²³.

2.1. FORDISMO TURÍSTICO E SUSTENTABILIDADE PERFORMATIVA

Na escatologia do progresso ilimitado inscreve-se a lógica do modelo dominante de turismo, como uma das expressões mais marcantes da abrangência numérica desta experiência nas sociedades mais avançadas. Se o termo que melhor tradução se encontra para a expressão é o de turismo de massas, isso não se deve à constituição de um modo de produção e de comercialização classificado como «indústria». Sendo literalmente inapropriado por se tratar da produção de bens materiais, ele colhe pela evocação de uma pro-



dução de bens em cadeia, perpetradora de um espaço denso, especializado e homogeneizador, entendido como «produto turístico» produzido por um mercado organizador da produção e consumo induzidos, em grande escala, através da publicidade. Significa dizer que a cultura de saída é trespassada por uma perspectiva utilitarista da «mobilização erótica», como satisfação de um processo vital encorajador do consumo. Trata-se, portanto, de uma razão dirigida à meta maior do agenciamento de todos os factores interligados – mão-de-obra, base técnica, escolha da matéria-prima, capital aplicado e a sua volta multiplicada pela mais valia como moeda corrente da economia²⁴.

Nesta linha, as translações sócio-espaciais surgem sorvidas pela *“indústria turística [que] confere alguma unidade à ideia de turismo e quer de um ponto de vista da imagem quer de um ponto de vista político soa atractivo”*²⁵. Forja-se o turista consumidor, através de sistemas técnicos que se implicam em tentativas de racionalização, estabilização e controle da experiência, convertendo a *“apropriação simbólica de um mundo reduzido ao estatuto da paisagem”*²⁶ num simulacro de ‘tempo livre’ para o consumo. O que a fruição turística, enquanto produto objectivado da indústria, oferece é o predomínio de *“bens de consumo destinados a ser usados até ao esgotamento, justamente como qualquer outro bem de consumo”*²⁷.

Tratando-se de um modelo pilotado pelo marketing, que procura extrair das tipologias de consumo caucionadas por estilos de vida a reprodução maximalista do sistema, dificilmente será capaz de pôr freio a automatismos de repetição e a práticas decorrentes da exploração técnica e industrial da economia do erotismo.

Ao aceleracionismo turístico preside uma maximização dos fluxos, que remete a sede principal dos valores estéticos para o processo de mecanização da existência, envolvendo uma contínua substituição de máquinas e de produtos materiais e imateriais por outros.

Assim, torna-se difícil pensar qualquer operação regeneradora que não colida com o argumento de Baudrillard de que *“o espanto dos economistas e de outros pensadores idealistas do bem-estar perante a evidência da impossibilidade de o sistema do consumo se estabilizar e em confronto com o seu embalo e fuga ilimitados para a frente, é sempre muito instrutivo, revela-se típico da sua visão em termos de crescimento de bens e de rendimentos - e nunca em termos de relação e de diferenciação por sinais”*²⁸.

Como o autor demonstrou, *“o campo do consumo, é [...] um campo social estruturado em que os bens e as próprias necessidades [...] transitam de um grupo modelo e de uma elite directora para as outras categorias sociais, em conformidade com o seu ritmo de «promoção» relativa. Não existe a massa de consumidores e nenhuma necessidade emerge espontaneamente do consumidor de base: só terá de aparecer no «standard package» das necessidades se já tiver passado pelo «select package»”*²⁹.

A essa lei, que dispõe a trajectória do universo do consumo do «select package» para o «standard package», não escapam desejos miméticos de translação dos indivíduos das grandes manchas industrializadas para periferias de prazer e as subversões potenciais do turismo depois da segunda guerra mundial.

É sabido como essas subversões, geradoras de um amplo «consenso anti-turístico»³⁰, alcançaram a sua dimensão metafórica, na Europa mediterrânea, através do engolimento de pequenos povos de pescadores por formigueiros despojados de pertenças e referências, culminando na erosão das identidades locais. Os sistemas urbanos, que durante séculos se mantiveram em equilíbrio, perderam a escala humana que os havia tornado aprazíveis, tornando-se fonte de múltiplos problemas, no que foi atribuído à massa um poder apocalíptico sobre os lugares, por aniquilação daquilo que os tinha atraído.

Vale questionar se o conceito de sustentabilidade estará a pesar na lógica operativa dos investidores, ou dele apenas visam apropriar-se como adereço estético aos seus propósitos clássicos de pilotagem da experiência turística.

Na estrutura das relações entre as posições dos grupos colocados em situação de concorrência pela legitimação turística não é difícil observar a impaciência de boa parte dos promotores turísticos com a bandeira do “turismo alternativo”, não excluindo os casos em que a abordagem muda, mas a aspiração se mantém.

A formulação de idêntica questão aos ambientalistas remete para a convicção de que muitos desses lugares estão irremediavelmente perdidos, acabando a sua dinâmica por torná-los inabitáveis, por semelhança com os problemas dos grandes aglomerados urbanos. Mas isso não significa que vão desaparecer do mercado. A história recente dita que ciclicamente se recompõem, substituindo uma dada procura por outra menos sensível aos problemas ambientais e de estética urbana.

Nestes lances de posições antagónicas que modelam o campo turístico, a rendição só terá lugar



quando um espaço esgotar os seus capitais de atracção exotópica.

O problema reside, porém, na definição do volume e estrutura desses capitais – económicos, sociais, culturais, simbólicos, imaginários – que noções de ressonância mais ou menos física, como a de capacidade de carga e sua ultrapassagem por força da saturação, não dão conta.

Reduzir a experiência turística à sua densidade material é obliterá-la, sobretudo porque não resolve questões como as de saber como se constroem místicas em relação à natureza e ao *Outro*, enquanto ecos das transformações da cultura e das sensibilidades. Daí que um projecto dirigido a uma análise mais séria da questão possa passar pela ilustração das diferenças entre a definição física de um território e outra mais fundamentada na espacialidade social³¹.

2.2. O TURISMO DESORGANIZADO E OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE ALTERNATIVA

Expandido como concentração monofuncional da oferta turística à volta de um elemento central de atracção, este modelo parece sujeitar-se a mudanças rápidas e radicais que estarão a desembocar na sua implosão, que é também o culminar do seu sucesso, cruzado com a perda da sua especificidade.

Essa implosão tem sido advogada por peritos, como Urry³², Pretes³³, Jeremy Boissevain³⁴, que nela têm diagnosticado sintomas comuns, como: a crise da standardização, traduzida no desejo de férias mais independentes, a disseminação do turismo por novas esferas sociais, a redefinição da autenticidade no turismo, a inovação tecnológica e o hibridismo cultural que avassala a experiência contemporânea do turismo.

Emerge uma trajectória desestruturadora que Fortuna denomina de turismo desorganizado, marcada pela tendência para uma mudança assente “*em grande parte na produção de bens não materiais (símbolos), [que...] confere centralidade a novas preocupações (ambiente, cultura, por exemplo). Tendo em conta que a mobilidade e a viagem se massificaram [...], John Urry argumenta no sentido de estarmos a testemunhar boje o «fim do turismo»*”³⁵. Não se trata do fim do turismo, em si, mas da erosão de um modelo que tem animado formas estereotipadas de experiência, inscritas na homogeneização e na compactação de aparelhagens, espaços e indivíduos³⁶.

No novo modelo “*desorganizado*”, em grande parte trespassado pela produção de bens não-materiais (simbólicos), ganham centralidade novas preocu-

pações como o ambiente e a diversidade cultural, sem que se deixe de privilegiar o consumo. Alinha-se pela ideia da emergência de uma estrutura do consumo plástica, transversalizada pela “*individualização e a informalização*”, redutoras dos condicionamentos comportamentais dos indivíduos³⁷.

Numa resposta plural à standardização, o turismo passa a conjugar muitas das suas anteriores significações com espaços e atitudes diferentes, expressando as tensões de que actualmente se recobre.

É no seio dessa fragmentação que o turismo irrompe nas paisagens desindustrializadas pela crise dos complexos fordistas, através da reconversão de espaços turísticos cristalizados, da preservação patrimonial, da constituição de espaços da hiper-realidade, na crescente procura de estratégias de sustentabilidade³⁸.

Nestes cenários, em que se desenham novos modelos de experiência, ganha pertinência a reflexão crítica, uma vez que, enquanto alternativas de desenvolvimento, tais processos de reconversão turística não se isentam de problemas.

Como requisito de uma experiência doadora de sentido, o passado e a distintividade, associados ao património, ao passarem a incorporar os itinerários do turismo, polarizados em torno de espaços *histórico-monumentais*, deveriam preservar o seu simbolismo histórico e cultural. Porém, o que está a acontecer na atribuição de novas funções representacionais e simbólicas a esses espaços, é o desdobramento da sua vocação pública em dois novos sentidos: o de símbolos da história colectiva das cidades e o de lugares cosmopolitas organizados em torno do turismo, do lazer e da estetização da paisagem cultural urbana.

Sujeitos a processos intensivos de culturalização e patrimonialização, a recuperação desses lugares tanto pode ser encaminhada como um processo de enobrecimento urbano, no sentido da sua reconstituição como símbolo da história colectiva, de preservação da memória local, como pode ser engolida por selectividades e exclusões sociais irreparáveis, que colocam em causa a propalada sustentabilidade.

Onde despontam esforços de revitalização dos espaços vernáculos das cidades, têm-se constatado transferências de propriedade e de desfrute, originando o que Larkham designa de “*áreas snob*”, desvirtuadoras do processo de conservação dos espaços, desviando-os da sua função original³⁹.



Ficando em falha uma lógica de singularidade e de identificação com a herança patrimonial abre-se caminho ao gozo imediatista de espaços que, fugazmente, se aproximam da museificação e da *disneylização* dos lugares, evocados por Foucault como espaços heterotópicos que preservam o tempo e a cultura, ao mesmo tempo que a abolem⁴⁰.

Trata-se, segundo Urry⁴¹, de uma experiência incorporadora de certas características pós-modernas. Nela se identifica, a ênfase colocada no espectáculo e no entretenimento, na (a)espacialidade e na (a)temporalidade⁴² que se recobrem de estética, de dessocialização e de artificialidade, em síntese, de *mise-en-scène* urbana, com tradução na transformação das cidades em montras museológicas, perante a instrumentação dos monumentos limpos, rebocados, iluminados⁴³ e convertidos em “*indústria da herança*”⁴⁴. Daí que o valor de que o património se revestia (fosse de que tipo fosse), ao inscrever-se nos interesses lineares dos consumidores e não nas práticas e sentidos daqueles que os criaram, não se dissocie da emergência de movimentos conservacionistas da cultura⁴⁵, enquanto expressão das tensões que envolvem as relações entre o património e a indústria turística⁴⁶.

Frequentemente, estes processos têm integrado a construção simbólica de cidades-modelo competitivas, com deslizos para uma pasteurização e simplificação das identidades urbanas, que envolvem muitas das experiências de conservação, renovação e de revitalização de áreas degradadas. Se apoiadas no tripé preservação-turismo-consumo, orientado pela lógica da sua artificialização e elitização, esses espaços acabam desvinculadas dos seus contextos sócio-culturais originais, pondo em cheque uma visão socialmente integrada da sustentabilidade. Este processo, levado às últimas consequências, traz à colação a objectivação e a mercantilização da cultura, contaminada de pseudo-acontecimentos problematizadores das autenticidades locais⁴⁷.

À medida que os produtos culturais se incorporam no ciclo das trocas mercantis, a autenticidade dos cenários turísticos torna-se controversa, a ponto de Harvey, em *A Condição Pós-Moderna*, advogar essas práticas como autenticamente inautênticas, dado que, em vez da busca de raízes, o que o turista encontra são propostas de consumo recreativo associadas a simulacros, pastiches, e nada mais.

Por seu turno, a preservação reservista das “áreas naturais”⁴⁸ também não se isenta de críticas. O arquivismo museológico, operado na invenção dos “*parques e reservas naturais*”⁴⁹, sugere, no dizer de Jeudy, que “*para lá dos prazeres obsessivos da salvaguarda dos*

*objectos aparece um movimento de consagração de todos os signos culturais [...] Nada parece escapar a essa empresa de arquivo e classificação [...] pelo que] as palavras «património», «memória colectiva» ou «identidade cultural» perdem o seu poder conceptual ao tornarem-se expressões vagas que acabam por designar o esgotamento do seu próprio sentido”*⁵⁰.

A noção de arquivo museificador⁵¹, como manutenção de um estado de reconhecimento do passado liberto da intervenção humana corresponde, com efeito, a uma vontade de preservação institucional do espaço. Mas, essa vontade não é alheia a uma definição dos novos modos de relacionamento social operados por uma prisão denunciadora de que “*os parques naturais são invenções culturais*”⁵². Não se trata mais de espaços virgens, mas de uma inseminação temporal alusiva a uma imagem idílica da natureza, em que o regime de protecção do espaço valorizado⁵³ se faz sentir como possibilidade de acesso a referentes simbólicos para os urbanos, instituindo a natureza como objecto de desejo ou de apreciação estética⁵⁴.

Turner alude a estes espaços conservados como uma “*espécie de ecologia sem sociologia*”, salientando que “*não se trata de zonas intactas, impolutas, senão de vastíssimos zoológicos, com limites claramente definidos, que impedem a emigração dos animais e que desse modo os priva de um dos sistemas mais naturais para cura dos males de superpopulação. A experiência do turista parece ser mais que esquizoide, já que dirige toda a atenção aos animais, e não aos homens que com eles convivem*”⁵⁵.

Este modo de conservação, hipotecado a uma vontade estética evocativa da problemática transformação dos produtores de alimentos em guardadores de paisagens e memórias, está a recrear, com sucesso, a natureza em estado puro, rendida à herança aristocrática das obsessivas práticas dos safaris, propostas pela iconografia das brochuras turísticas. Com a diferença de que, agora, trata-se de uma relação *voyeurista* que troca a espingarda pelos disparos da máquina fotográfica, associados ao temor entorpecido por uma experiência controlada pelos agentes turísticos. Daí que o safari fotográfico ofereça “*um daqueles paradoxos que tanto abundam no turismo. Os movimentos do turista que realiza um destes safaris estão mais constrangidos e controlados que de costume, e suas experiências mais que nunca, são outros que as dirigem*”⁵⁶.

Potenciando o imaginário do Éden, estes espaços laboratoriais da natureza, aglutinadores de motivos difusos de ordem irracional, ao visarem o repatriamento da mística “*longa história da evolução*



humana”⁵⁷, positivamente cotada na bolsa de valores simbólicos, surgem mais como formas de evidenciar o que a modernidade nos subtraiu, que como fórmula de saneamento dos desmandos que lhes estão na origem.

Na ilustração da experiência moderna não há como ocultar, ainda, o facto da celebração do inautêntico estar a formatar um dos fenómenos mais originais do turismo contemporâneo.

Com a mobilização do mundo pela técnica, sob o signo da globalização, evidente nas tecnologias de ponta e os media, a elas acoplados, as indústrias cultural e de lazer entretecem uma cultura turística tecnocrónica transformadora do mundo num paraíso de imagens, vídeo-clipes, *shopping centers*, disneylândias, “não-espacos”⁵⁸, numa confusão de fronteiras entre o real e o virtual, entre a representação e a realidade⁵⁹.

Nessas transacções posicionam-se os parques temáticos, alteradores da lógica dos espaços turísticos tradicionais, onde “*o desejo espasmódico do Quase Verdadeiro nasce apenas como reacção neurótica ao vazio das lembranças, [em que] o Falso Absoluto é filho da consciência infeliz do presente sem consistência*”⁶⁰. Aí consagra-se o que Humberto Eco designa de gosto pela “cópia absoluta”, através de “uma filosofia da imortalidade enquanto duplicação”⁶¹.

Estes espaços comungam do facto de não estarem sujeitos a uma organização espacial preexistente, estruturando-se a partir de equipamentos separados das ligações intersticiais com as culturas locais, dissociam-se, tanto material como psicologicamente, do ambiente envolvente. Apostados na recreação de simulações do imaginário colectivo como forma de superação da realidade, estes mundos hiper-reais são concebidos como uma versão aperfeiçoada dos espaços que imitam⁶². Desenhados como simulacros de cidades, numa representação à escala do urbano, estes “*lugares de zapping [...], paisagens despolitizadas, simplificadas e mercantilizadas [...], são também objecto de um subtil mas efectivo controlo social*”⁶³, não possuindo os atributos libertários dos espaços que simulam ser.

No fundo, trata-se de uma produção cultural que, sob o ângulo instrumental e do fabrico impessoal da cultura como uma experiência para as massas, melhora a cultura como entretenimento, piorando-a como arte, ao mesmo tempo que aprofunda uma fruição lúdico-turística periféricamente educativa em relação às questões orientadas para a “conser-

vação da natureza”, ou à participação das comunidades locais.

Dos centros comerciais que desdiferenciam o consumo e o entretenimento, às unidades fabris históricas de que a museologia se apropria, os espaços são cada vez mais concebidos pela engenharia ilustrada como hiper-móveis, multi-informados e multipolares.

Daí que não se estranhe que, à medida que a modernidade carrega consigo uma pluralidade de imagens convergentes na construção/produção do mundo como imagem, o seu processo constituinte reflecta uma hibridiz das sociedades e das formas económicas, políticas, sociais e culturais que caracterizaram o conjunto de significações e instituições ligadas às experiências espacio-temporais.

3. CONCLUSÕES

Neste quadro de ambivalências, a desorganização do turismo pode constituir uma oportunidade de incorporação das políticas de turismo nessa problemática seminal associada às convulsões entrópicas do mundo, e não um modo de salvação anacrónica dos lugares turísticos do fim que parece ameaçá-los, perante as dificuldades de salvar o mundo.

Sem que uma ideia de turismo sustentado constituía um novo paradigma turístico, os seus fundamentos carecem de ser aprofundados, evitando seduções apaziguadoras de consciências.

Na actualidade, o que tem estado em acto, no turismo ‘alternativo’, é uma forma de mobilização do bom selvagem publicitário, em que o bios converge com a técnica como garantia de respeitabilidade, como exigência de responsabilidade envolta por uma sensibilidade estética aos problemas mais centrais da sociedade actual. Todavia, tratando-se de definir uma nova estratégia política que a sua implementação requer, entra-se num campo de duvidosas implicações, onde ganham sentido dispositivos de cunho simplificador e normativo que não escapam às pressões ideológicas que cercam o assunto.

Daí que não seja acidental o facto das políticas de turismo mais recentes não terem originado respostas às subversões do turismo de massas. Este prossegue a sua conquista dos espaços, remetendo o turismo sustentável, verde, ecológico, suave, rural, discreto, para a condição de um jogo esteticizador, inscrito no *continuum* histórico com que os discursos oficiais potenciam mercados residuais como marca de todas as actividades turísticas.



O turismo inscreve-se em caminhos contraditórios, se reportados a uma noção integrada de sustentabilidade. Até agora não se tem pautado tanto pelo seu efectivo papel educativo, valorizador e difusor de paisagens culturais, quanto por formas de desligamento do quotidiano marcadas por uma topografia imaginária de encorajamento geral da procura turística, em que as políticas verdes funcionam como “*compensação estética*” ao “*moderno desencanto da realidade*”⁶⁴.

Como resposta à desvalorização das formas dominantes, essa compensação parece não ser casual, como forma de aperfeiçoamento romântico do mundo secularizado. No mínimo, ela coincide com a crise do sujeito moderno, possuído pelo sentimento de precariedade e brevidade da existência, mobilizando-o para o desfrute do máximo de prazer, no seio de uma experiência que fez “*das efecções, das paixões e do desejo uma dimensão fundamental do próprio processo civilizacional e tecnológico*”⁶⁵. Daí o regresso à interlocução com essa força pulsional que leva Lanfant a questionar-se: “*porque é que nós, turistas das sociedades pós-industriais, procuramos consumir qualquer coisa destinada a desaparecer? Porque é que esta ameaça é fonte de atracção?*”⁶⁶

O que estas interrogações deixam pressentir, é a fragilidade de uma noção de sustentabilidade afinada pelo diapasão de uma compensação estética, porventura demasiado limitada para ocultar as contradições próprias da diversidade de actores envolvidos, da sua globalidade espacio-temporal intensiva e da multidimensionalidade dos diferentes programas sociais, económicos, culturais e ambientais que convoca.

Se bem que para os “especialistas” estas reflexões tenham algo de paralisante, uma vez que vêm na técnica e na ciência a demanda pragmática do desenvolvimento sustentável, importa ponderar que, uma forma possível de obviar à escatologia do fim mais ou menos trágico que povoa a nossa imaginação, possa passar por um “*cientificismo bem menos virulento*”⁶⁷.

Daí a sugestão de associação da «economia do conhecimento» a uma reflexão interna ao movimento intrínseco ao desenvolvimento das ciências, que passa pela interpenetração e o cruzamento dessas diversas linhagens do pensamento filosófico e da teoria social, que têm aberto caminho a uma frutífera investigação sobre a genealogia dos saberes, a omnipresença da tecnociência no mundo contemporâneo (problematizada pela tecnoética, pela ecoética e a bioética), as relações entre ciência

tecnologia e sociedade, a especialização e a fragmentação disciplinares. No fundo, nada mais que o exercício desse legado ontológico precioso do questionamento que, no dizer de Steiner, permitiu o avanço da ciência e da tecnologia europeias, e depois a americana, sobre todas as outras culturas.

NOTAS

¹ A forma como as imagens do arco do tempo e, sobretudo, as imagens das curvaturas do espaço têm estado inscritas em tentativas de domínio da Terra, encontram-se bem plasmadas num artigo de José A. Bragança de Miranda, intitulado «Geografias – Imaginário e controlo da Terra», in Revista de comunicação e linguagens, N.ºs 34 e 35 (Org. José A. Bragança de Miranda e Eduardo Prado Coelho), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2005.

² É nesse mapa imaginário de controlo da Terra que se inscreve o desejo de superação da encruzilhada da modernidade, num momento em que desabam os chavões do progresso e do desenvolvimento ilimitados. Remontando a produção imagética da Terra como totalidade, à escrita platónica, o que Foucault criticou como vontade de saber condiz, de facto, com a instauração do controlo que tanto se aplica ao Globo quanto aos Homens.

³ Vide, a esse respeito, José A. Bragança de Miranda – *Teoria da Cultura*, Lisboa, Edições Século XXI, Lda., 2002, p. 101.

⁴ O diagnóstico de Auster é sugestivo: as coisas mudaram e não dispomos de categorias de apreensão do choque desferido pela técnica na experiência moderna. Vide Paul Auster – *A Trilogia de Nova Iorque*, Lisboa: Difusão Cultural, 1990.

⁵ Bastará pensar que esta já supõe um “contrato original” baseado em trocas desiguais entre países, em que a distribuição de rendimentos pode indicar que uma porção significativa da população vive acima do tecto do espaço ambiental, enquanto outra vive abaixo dele.

⁶ António Fernando Cascais, «Corpo, Extensio», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002. p. 260.

⁷ Como as que se espelham no relatório Brundtland, abordando a sustentabilidade pela satisfação das necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações vindouras.

⁸ Alcançar um crescimento renovável, conservar recursos e imprimir mudança técnica são preocupações teleológicas definidas pelos efeitos que se pretendem atingir e não pelos processos sociopolíticos que sustentam tal pretensão.

⁹ Designação da corrente de pensamento analisada por Hermínio Martins – «Corpo, Extensio», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002, p. 100.

¹⁰ É sabido como a ligação do humano à natureza, tem sido muitas vezes descrita como o seu traço de «animalidade», isto é, como uma dimensão estranha e ameaçadora que sempre ditou o epíteto de racional ao animal. Todavia, como já demonstrou Leroi-Gourhan, um grande pensador da tecnologia, sempre que o homem mudou radicalmente os seus sistemas técnicos e os seus sistemas sociais foi quase como se mudasse de espécie.

¹¹ José A. Bragança de Miranda – *Teoria da Cultura*, Lisboa, Edições Século XXI, Lda., 2002, p. 10.

¹² De resto, se a experiência humana tem apontado para crises



de sustentabilidade, constituídas como o efeito da realização de certas possibilidades sobre outras, tendo a história decidido as que comprometeram e destruíram as precedentes, não parece haver motivos para encarar estas preocupações de forma negativista.

¹³ Hermínio Martins – «Corpo, Extensio», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002, p.103.

¹⁴ Ainda nos anos sessenta do século passado a civilização tecnológica era pensada como uma civilização de energia infinita, barata, segura e limpa, medida por escalões sucessivos de milhões e milhões de watts, depois de anteriormente se falar de “cavalos potência”.

¹⁵ Assim a designam Castells (1989), Lyon (1988) e Detragiache (1988), embora com intenções diferentes, para salientar a centralidade que têm nela as actividades ligadas à troca e elaboração de informações,

¹⁶ Se bem que algumas das maiores economias já passaram pela transição energética, com diminuição das taxas de crescimento no consumo de energia através de maior eficiência na sua utilização, e de um menor desperdício, etc., o consumo total continua a aumentar, isto sem falar nas muitas economias em fase de crescimento energético acelerado, essencialmente do consumo de hidrocarbonetos.

¹⁷ José A. Bragança de Miranda – «Geografias – Imaginário e controlo da Terra», in *Revista de comunicação e linguagens*, N.ºs 34 e 35 (Org. José. A. Bragança de Miranda e Eduardo Prado Coelho), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2005, p. 27.

¹⁸ Idem., pp. 32-33.

¹⁹ Esta questão não se subtrai às críticas da chamada globalização das agendas ambientais e urbanas predeterminadas, a suporem: de um lado, a incorporação de padrões genéricos de sustentabilidade urbana e de qualidade de vida, medidos por índices internacionais e nacionais, associados a uma certa eficiência ecológica das cidades; de outro lado, embora indissociável da primeira tendência, as alternativas de gestão ligadas ao planeamento estratégico e ao marketing das cidades, que vem sendo caracterizado pelo aludido pensamento único, como traço marcante do conceito de sustentabilidade.

Se as agendas têm como filosofia de actuação permitir que se pense globalmente e se aja localmente, é de questionar a partir de que ideia de global é possível agir localmente? Pensar o global significa alienar as externalizações, pensando-o como um somatório de locais?

²⁰ Hermínio Martins – «Corpo, Extensio», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002, pp. 97-98.

²¹ Em alusão ao paradoxo referido por Turner Y Ash do despartar dos autóctones para a consciência da valia da sua cultura, “convertidos em espectáculo puramente turístico, retirando-lhe toda a magia que pudessem ter”. Louis Turner Y John Ash – *La Horda Dorada, Turismo Y Sociedad*, Ediciones Endymion, (trad.castelhana de Miguel Martínez-Lage Alvarez), Madrid, 1991, p. 202.

²² Maria Teresa Cruz – «Técnica e Afecção», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002, p.44.

²³ Ibidem.

²⁴ E desse jogo não se descartam os “ factos de estrutura como o poder que certos indivíduos ou grupos detêm na economia ou mesmo os inúmeros proveitos indirectos e cachês que lhe

são correlativos”. Pierre Bourdieu – *La Distinction, Critique Sociale du jugement*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1979, pp. 272-273.

²⁵ Robert Christie Mill e Alastair M. Morrison, – *The Tourism System*, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, 1985, p. xvii.

²⁶ Pierre Bourdieu, op. cit., p. 58.

²⁷ Hannah Arendt – *La crise de la culture*, éditions Gallimard, France, 1972, p. 264.

²⁸ Jean Baudrillard – *A Sociedade de Consumo*, (trad. de Artur Morão), Edições 70, Lisboa, p. 68.

²⁹ Idem, pp. 68-69.

³⁰ Vidé autores como J.Ash, L.Turner, G. Cazes, Jean-Didier Urbain, entre outros, para quem a progressão numérica dos fluxos turísticos é sempre representada de forma negativa: da explosão ao metafórico «incêndio» de G. Cazes, passando pela dimensão guerreira da invasão, à dimensão eruptiva ou somática do surto, à vaga ou maré como tributo à submersão ou inundação, são imensas as evocações anti-turísticas que a assolam.

³¹ Vidé Edward Soja – “Em espaços diferentes”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, N.ºs 34 e 35 de Junho de 2005, p. 307, em alusão ao conceito de espacialidade social, simultaneamente real e imaginada, na linha de influência do autor sugestivo que parece ser Lefebvre, nomeadamente pelos três domínios interpretativos da análise espacial por si definidos. Com efeito, na sua perspectiva o espaço social deve ser simultaneamente compreendido, concretizado ou vivido ou, como ele o descreve, como práticas do espaço materiais, como representações do espaço evocativas e imaginativas, e ainda como os complexos, combinatórios e nunca totalmente conhecidos Espaços de Representação.

³² John Urry – *Consuming Places*, Routledge, London, 1995.

³³ Vidé M. Pretes – «Postmodern Tourism. The Santa Claus Industry», *Annals of Tourism Research*, 23, pp. 1-15.

³⁴ Vidé Jeremy Boissevain – *Coping with Tourists, European Reactions to Mass Tourism*, Berghahn Books, Oxford, 1996.

³⁵ Carlos Fortuna – *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, Estudos Sociológicos da Cultura Urbana*, 1ª edição, Oeiras, Celta Editora, 1999. pp. 50-51.

³⁶ A propósito da compreensão da temática que envolve o sentido do fim do turismo Cf. John Urry – *Consuming Places*, Routledge, London, 1995, p.148. Cf. Arjun Appadurai – *Modernity at Large, Public Worlds*, Vol. 1, University of Minnesota Press, Minneapolis London, 1996, p.33, e do mesmo autor, «Disjuncture and Difference in Global Culture Economy», in M. Featherstone (org.), *Global Culture*, London, Sage, pp.295-310. Cf. ainda Malcolm Waters, *Globalização*, p. 149.

³⁷ Por esse processo de diferenciação apumado pela individualização alinham, segundo Alan Warde, autores como (Beck,1992; Giddens,1991; Bauman,1988) para quem as expressões comportamentais do consumo se articulam à construção de uma identidade individual ou social, a que não será alheia a ansiedade advinda do leque de escolhas disponíveis para a construção das identidades. “Deste modo, a escolha individual e a sua capacidade de expressão, quer se trate de roupas, bens duradouros, actividades de lazer ou preferências estéticas, podem sobrepor-se a formas de interdependência que unem os indivíduos no seio de uma comunidade”. Alan Warde – «Intermediação cultural e alteração do gosto», in Carlos Fortuna – *Cidade, Cultura e Globalização*, p. 122.

³⁸ Este processo sujeita-se ao juízo de Urry, de que, por um lado, o turismo configura um dos processos mais peculiares da



reorganização do processo produtivo; por outro, ilustra a capacidade de integrar espaços produtivos, aparentemente afastados da lógica turística.

³⁹ Peter J. Larkham – *Heritage as Planned and Conserved*, in David T. Herbert, *Heritage, Tourism and Society*, Mansell Publishing Limited. A Cassell Imprint, London, 1995, p. 102.

⁴⁰ “Prevedo um mundo mais disneylizado, Foucault vê o incremento de ambas as formas convergindo em acontecimentos comprimidos, empacotados, «inventados», que parecem ao mesmo tempo, abolir e preservar o tempo e a cultura, que aparentemente ser, simultaneamente, temporários e permanentes”. Edward W. Soja – *Thirdspace, Journeys to Los Angeles and other Real-and-Imagined Places*, Blackwell Publishers Inc., Massachusetts, 1996, pp.160-161. Cf. também com a alusão de Eco a “esse pecado original de nivelamento de passados e de fusão entre cópia e real.” Umberto Eco – *Viagem Na Irrealidade Cotidiana*, p. 16.

⁴¹ Vidé John Urry – *Consuming Places*, Routledge, London, 1995.

⁴² Segundo Harvey, “essa ruptura da ordem temporal de coisas também origina um peculiar tratamento do passado. Rejeitando a ideia de progresso, o pós-modernismo abandona todo o sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente”. David Harvey – *Condição Pós-moderna, - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, 6ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 1996, p. 58.

⁴³ A iluminação cujos efeitos não são inócuos, porque, como refere Fortuna, “o foco de luz veio dar um novo enquadramento cenográfico à cidade, subtraindo ao olhar uma parte do ambiente visual e revalorizando, por essa via, aquilo que tornou (mais visual)”. Carlos Fortuna, op. cit., p. 109.

⁴⁴ Para Harvey “a inclinação pós-moderna de acumular toda a espécie de referências a estilos passados, é uma das suas características mais presentes, ao que parece, a realidade está a ser moldada para imitar as imagens dos mídias. O resultado da inserção desta prática no contexto sócio-económico e político contemporâneo tem produzido aquilo a que Hewison chama de “indústria da herança” que se tornou um grande negócio em Inglaterra. Museus, casas de campo, paisagens urbanas reconstruídas e reabilitadas que fazem eco de formas passadas. Cópias directamente produzidas de infra-estruturas urbanas passadas, passaram a fazer parte de uma vasta transformação da paisagem britânica a ponto de a Inglaterra estar substituindo a manufactura de bens pela manufactura da herança como sua principal indústria. O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o “eu”. Sem saber onde estivemos é difícil saber para onde vamos. O passado é o fundamento da identidade individual e colectiva; objectos do passado são a fonte de significação como símbolos culturais. As continuidades entre passado e presente criam um sentido de sequência para o caos aleatório e um sistema estável de sentidos organizados que permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é a sua emulsão social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada”. Op. cit., p. 84.

⁴⁵ O que não é de estranhar, conquanto “um dos fenómenos sociais contemporâneos de maior profundidade e projecção nos nossos dias em que a consciência de identidade das sociedades, associada à noção de continuidade parece que fraqueja, é o despertar de movimentos sociais de reacção contra uma sociedade, a actual, moderna, pragmática e consumista

que pelo seu modo de vida ameaça a permanência dos vínculos históricos, a ponto de pôr em perigo de desaparecimento a herança tangível do passado. A sociedade contemporânea acelerou de uma maneira extraordinária, em relação a outras épocas, o ritmo de produção de objectos graças ao progresso tecnológico e também o de gerador de desejos e ainda o de destruição de objectos sub-repticiamente convertidos em obsoletos. Esta espiral de produção-destruição de objectos, sem aparente solução de continuidade, não só chega a extremos que provocam alarme social, como põe de sobreaviso tanto os movimentos conservacionistas do meio cultural, como os movimentos ecologistas. A modificação do meio físico com as mudanças provocadas na paisagem e a prática de desaparecimento da envolvente natural primária, o crescimento do meio edificado, o aumento da contaminação atmosférica e das águas, alertam a população, do mesmo modo que o sentimento de perda de relação com o passado e com a tradição”. Josep Ballart – *El Patrimonio histórico y arqueológico: valor de uso*, p. 37.

⁴⁶ Não se devendo à influência directa do turismo, a verdade é que estas estratégias conservacionistas apontam para uma nítida a institucionalização da cultura, em fundações, museus, economia, grupos, média, políticas culturais.

⁴⁷ Esta ambivalência tem proposto diferentes reacções perante esta experiência de transformação e suscitado debates famosos centrados na questão da autenticidade, como os que opuseram Boorstin a MacCannell, a propósito da experiência turística.

⁴⁸ Expressão introduzida pelos autores da Escola de Chicago (Park, Burgess, McKenzie, 1925).

⁴⁹ Segundo Villard, o primeiro projecto de parque foi elaborado em 1870, nos Estados Unidos, e encontra a sua razão de ser num quadro reservista que contemplava a preservação de Índios e búfalos. Cf. Jean Viard – “Penser Les Vacances”, Viard, ed. *Actes Sud H.*, Nyssen, 1984, p. 142.

⁵⁰ Henry-Pierre Jeudy – *Memoires du Social*, pp. 7, 8 e 9.

⁵¹ A diferença entre a museologização, o estacionamento ou a reserva é ténue. Enquanto que o museu é um lugar no seu sentido mais físico e material do termo, onde se guardam, conservam, ordenam e expõem artefactos submetidos a uma selectividade memorativa iniciada pela própria cultura, o parque ou a reserva são o próprio espaço artificialmente reservado como lugar, que dissimula o ordenamento e a selectividade. Todavia, são idênticas as suas funções de revitalização do imaginário, enquanto espaços recolectores de vida do que era morto ou moribundo. Trata-se de espaços de representação túrgidos pela investidura simbólica dos lugares. Investimentos vivenciais, espaços de representação de mediações dirigidos a raízes ou identidades. Parques ou museus são referenciados a fórmulas vivenciais circunscritas a um lugar. Não mais um lugar concreto, no sentido antropológico do termo, mas um espaço de projecção simbólica que ganha forma em artefactos com ou sem tradução palpável, mas sempre dirigidos ao imaginário que a cultura perpetua em narrativas, em saberes, em técnicas produtivas, em formas de saber fazer e de saber viver.

⁵² Vidé Joaquín Rodríguez Campos – «También se puede inventar la naturaleza? El poder del Language de la Cultura Posmoderna», in *Etnografía, Revista Semestral de Antropología do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)*, Lisboa, Vol. III, n.º 1, Maio 1999, pp. 49-70.

⁵³ Sob o ângulo da veneração do reino animal, eivado de motivações sentimentais ou voyeuristas, podem relevar-se os benefícios do turismo, quer na conservação de espécies em vias de extinção, quer na subvenção dos custos resultantes da



manutenção das reservas animais.

⁵⁴ Vide J.C. Chamboredon, *Les Usages Urbains de L'Espace Rural – Du Moyen De Production au Lieu de Récreation*, ou B. Kalaora e G.R Larrère, *Les Ciencias Sociales et Les Ciencias da La Nature*.

⁵⁵ Louis Turner Y John Ash, op. cit., pp. 268-269.

⁵⁶ Idem, pp. 261-262.

⁵⁷ Vide Gérald Richiez – *Parcs Nationaux et Tourisme en Europe*, Éditions L'Harmattan, Paris 1992.

⁵⁸ Marc Augé chama de “não lugares”, aos, “locais de acaso e de encontro onde se pode sentir fugazmente a contínua possibilidade de aventura”. Marc Augé. – *Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand, 1994, p. 10.

⁵⁹ Aí visa-se reproduzir a realidade não com a intenção de camuflar a réplica, mas como convicção de que o simulacro supera a realidade. Esta questão fica clara quando, em referência ao *Palace of Living Arts* de Buena Park, em Los Angeles, o autor observa que a filosofia deste espaço não é “nós lhes [... darmos] a reprodução a fim de que lhes venha o vontade do original, [mas] nós lhes [... darmos] a reprodução a fim de que não sintam mais a necessidade do original”. Umberto Eco, op. cit., p. 26.

⁶⁰ Idem, p. 40.

⁶¹ Idem, p. 12. Também Jameson alude a estes espaços hiperespaços como paradigma pós-moderno de uma experiência fascinante, em que o populismo do livre mercado encerra as classes médias, forçando desenvolvimento do sistema sensorial e físico dos indivíduos. Vide F. Jameson – “Postmodernism or the Culture Logic of Late Capitalism”, in *New Left Review*, n.º 146, 1984.

⁶² A Disneylândia é bem um exemplar paradigmático dessa “sombra perpétua, que empurra os seus visitantes para um passado não visitável, ou para o futuro ou alguma geografia inacessível”. M. Sorkin – *Variations on theme park. The new american city and the end of the public space*, New York, Nooday, 1992, p. 216.

⁶³ João Teixeira Lopes – «A Inexistente Opção Entre o Local e o Global», *Sociologia*, Porto, 1ª. série, Vol. 4, 1994, p. 158.

⁶⁴ Citando Odo Marquard – *In defense of the Accidental*, Oxford, Odeon, 1991, p. 23, para quem, “a moderna artificialização do mundo é compensada pela especificamente moderna descoberta e apoteose da paisagem intacta e pelo desenvolvimento de uma apreciação da natureza, que inclui a consciência ecológica, ou a moderna perda da tradição [...]”.

⁶⁵ Maria Teresa Cruz – «Técnica e Afecção», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002. p. 44

⁶⁶ Marie Françoise Lanfant – «L' Identité en Jeu dans l'Echange Touristique International», *Sociologia Urbana e Rurale*, n.º 38, Bolonha: Universidade de Bolonha, 1992, p. 175.

⁶⁷ Miranda, José A. Bragança de, *Análítica da Actualidade*, Lisboa, Vega, 1994, p. 17.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henry . – Sustentabilidade, Tempo e Espaço [em linha]. 2005, [Consult. 24 Out. 2005] . Disponível em WWW: <[URL: <http://www.rits.org.br/pbsd>] – brsut@fase.org.br].

ACSELRAD, Henry. [et al.] – Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática [em linha]. 2005, [Consult. 24 Out. 2005]. Disponível em WWW: <[URL: <http://www.rits.org.br/pbsd>] – brsut@fase.org.br].

APPADURAI, Arjun – *Modernity at Large*, Public Worlds, Vol. 1, University of Minnesota Press, Minneapolis London, 1996.

ARENDRT, Hannah, – *La crise de la culture*, éditions Gallimard, France, 1972.

AUGÉ, Marc – *Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand, 1994.

AUSTER Paul – *A Trilogia de Nova Iorque*, Lisboa: Difusão Cultural, 1990.

BAUDRILLARD, Jean. – *A Sociedade de Consumo*, (trad. de Artur Morão), Edições 70, Lisboa.

BOISSEVAIN, Jeremy – *Coping with Tourists, European. Reactions to Mass Tourism*, Berghahn Books, Oxford, 1996.

BOURDIEU, Pierre – *La Distinction, Critique Sociale du jugement*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1979.

CAMPOS, Joaquín Rodríguez – «También se puede inventar la naturaleza? El poder del Lenguaje de la Cultura Posmoderna», in *Etnografía*, Revista Semestral de Antropologia do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE), Lisboa, Vol. III, n.º 1, Maio 1999.

CASCAIS, António Fernando – «Corpo, Extensio», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002.

CRUZ, Maria Teresa – «Técnica e Afecção», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002.

DEBRAY, Régis – *Curso de Midiologia Geral*, Petrópolis, Vozes, 1993.

ECO, Umberto – *Viagem Na Irrealidade Cotidiana*, 9ª edição, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984.

FORTES, Otávio Franco. – Gestão Ambiental Urbana, Conceituação básica [em linha]. 2005, actual. 22.09.2005 [Consult. 24 Out. 2005]. Disponível em WWW: <[URL: <http://www.unilivre.org.br/banco>] de dados/textos/Forum/gestao.htm.

FORTUNA, Carlos (org) – *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras, 1997.

FORTUNA, Carlos – *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Estudos Sociológicos da Cultura Urbana, 1ª edição, Oeiras, Celta Editora, 1999.

HARVEY, David – *Condição Pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, São Paulo, 6ª edição, Edições Loyola, 1996.

JAMESON, F. – «Postmodernism or the Culture Logic of Late Capitalism», in *New Left Review*, n.º 146, 1984.

Joaquim, Graça, – «A emergência do turismo responsável», in *Sociologia – problemas e práticas*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE, N.º 23, Março de 1997.

LANFANT, Marie Françoise – «L' Identité en Jeu dans l'Echange Touristique International», *Sociologia Urbana e Rurale*, n.º 38, Bolonha: Universidade de Bolonha, 1992.

LARKHAM, Peter J. – “Haritage as Planned and Conserved?”, in David T. Herbert, *Heritage, Tourism and Society*, Mansell Publishing Limited. A Cassell Imprint, London, 1995.

LOPES, João Teixeira – *A Inexistente Opção Entre o Local e o Global*, Sociologia, Porto, 1ª. série, Vol. 4, 1994.

MARQUARD, Odo – *In defense of the Accidental*, Oxford, Odeon, 1991.

MARTINS, Hermínio – «Corpo, Extensio», in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, Março 2002.

MILL, Robert Christie e Morrison, Alastair M., – *The Tourism*



System, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs: New Jersey, 1985.

MIRANDA, José A. Bragança de – *Análítica da Actualidade*. Lisboa: Vega, 1994.

MIRANDA, José A. Bragança de – *Teoria da Cultura*, Lisboa, Edições Século XXI, Lda., 2002.

MIRANDA, José A. Bragança de – «Geografias – Imaginário e controlo da Terra», in *Revista de comunicação e linguagens*, N°s 34 e 35 (Org. José. A. Bragança de Miranda e Eduardo Prado Coelho), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2005.

MOWFORTH Martin and, Munt Ian – *Tourism and sustainability, Development and new tourism in the third world*, Second edition, London and New York, Routledge, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich – (1891) *Assim Falava Zaratustra*, Lisboa, Relógio D'Água, 1998.

RICHIEZ, Gérald – *Parcs Nationaux et Tourisme en Europe*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1992.

SOJA, Edward – «Em espaços diferentes», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, N°s 34 e 35 de Junho de 2005.

SORKIN, M. – *Variations on theme park. The new american city and the end of the public space*, New York, Nooday, 1992.

SPANGENBERG, Joachim H. – Critérios Integrados para a elaboração do Conceito de Sustentabilidade [em linha]. 2005, [Consult. 24 Out. 2005] . Disponível em WWW: <[URL: <http://www.riits.org.br/pbsd>] – brsut@fase.org.br].

TURNER, Louis Y Ash, John – *La Horda Dorada, Turismo Y Sociedad*, Ediciones Endymion, (trad.castelhana de Miguel Martínez-Lage Alvarez), Madrid, 1991.

ULTRAMARI, Clóvis. – Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável para as Cidades [em linha]. 2005, actual. 22.09.2005 [Consult. 24 Out. 2005] . Disponível em WWW: <[URL: [http://www.unilivre.org.br/banco de dados/textos/Forum/viabilid.htm](http://www.unilivre.org.br/banco_de_dados/textos/Forum/viabilid.htm)].

URRY, John – *Consuming Places*, Routledge, London, 1995.

VIARD, Jean – *Penser Les Vacances*, Paris, ed. Actes Sud H., Nyssen, 1984.

VIARD, Jean, – *Réinventer les vacances, La nouvelle galaxie du tourisme*, Secrétariat d'État au Tourisme, Direction du Tourisme, Paris, 1998.